



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL: Uma aproximação de ideias

Autores:

Ana Luisa Jeanty de Seixas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - analuisaseixas@gmail.com

Eber Pires Marzulo - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - eber.marzulo@ufrgs.br

Eduardo Ernesto Filippi - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - edu_292000@yahoo.com.br

Resumo:

O presente artigo busca fazer uma aproximação entre a história do desenvolvimento econômico e as políticas de preservação do patrimônio no Brasil. Apresenta-se de maneira exploratória e sintética o desenvolvimento econômico do país desde a década de 1930, aproximando-o da ideia inicial de bem de valor monumental e excepcional, seguido por momentos de industrialização e urbanização acelerada, refletido na necessidade de valorização de conjuntos arquitetônicos e urbanos, centros e cidades históricas. A partir de meados da década de 2000, a discussão se amplia com conceitos e ideias como o de patrimônio imaterial, referências culturais e paisagens em diferentes escalas (paisagem cultural e paisagem histórica urbana). Assim, busca-se, construir nexos entre os contextos econômico e cultural e as políticas de preservação e as transformações da ideia sobre patrimônio cultural no Brasil.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL:

Uma aproximação de ideias

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca fazer uma aproximação entre a história do desenvolvimento econômico e as políticas de preservação do patrimônio no Brasil. Apresenta-se de maneira exploratória e sintética o desenvolvimento econômico do país desde a década de 1930 e as políticas de preservação e as transformações da ideia sobre patrimônio cultural no Brasil, construindo nexos entre os contextos econômico e cultural.

Para isso se estabelece o recorte temporal de 1930 a meados da década de 2000. Parte-se da construção de contexto econômico e político, conforme Celso Furtado (2001), Francisco de Oliveira (2003), Rui Cordeiro (2014), Ricardo Bielschowsky (2013) para, na sequência, realizar-se uma aproximação com o contexto cultural, em particular da preservação do patrimônio e apontamentos sobre questões urbanas imediatamente relacionadas. Utiliza-se como referência pesquisas anteriormente realizadas (Seixas, 2014) e autores consagrados no campo patrimonial, como Lia Calabre (2010), Marcia Chuva (2009), Marcia Sant'Anna (1995) e Maria Cecilia Londres da Fonseca (2009).

A partir da divisão proposta por Bresser-Pereira (Bresser-Pereira apud Cordeiro, 2014), o artigo adotará dois dos três ciclos de desenvolvimento¹: Estado e integração territorial (Independência até a República Velha); Nação e desenvolvimento (anos 1930 até 1970); e Democracia e Justiça social (a partir de 1970). No presente trabalho serão apresentados os dois últimos ciclos pelo fato da questão patrimonial se efetivar oficialmente apenas em 1937. Assim, procura-se traçar um paralelo entre os aspectos econômicos e patrimoniais, visando identificar momentos importantes nessa relação entre os dois assuntos.

¹ Para o termo “desenvolvimento”, adota-se, neste artigo, as ideias apresentadas por Bielschowsky (2013) e Cordeiro (2014).

ANOS 1930 – 1970: “CICLO NAÇÃO E DESENVOLVIMENTO”

Até 1930 o Brasil se caracteriza por ser um país agrário exportador, com a valorização do café e uma oligarquia do “café – com - leite”. Celso Furtado (2001, p.192-193) aponta que, após a crise de 1929, “a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional” e que esse fator propicia a recuperação da economia do país, a partir de 1933, baseado não em fatores externos mas sim em “política de fomento seguida inconscientemente no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros” e que, portanto, “o impulso de que necessitava a economia para crescer já havia sido recuperado”. (Furtado, 2001, p.193).

Esse contexto propicia que, no início da Era Vargas, em 1930, ocorram profundas mudanças no país, com o Estado assumindo essa postura mais “ativa” e de centralização, nacionalismo e com o crescimento do aparelho estatal – o início de uma fase de desenvolvimentismo e industrialização. É o momento da:

“Construção inicial da fase nacionalista brasileira, onde uma tentativa de construção de uma nação foi experimentada, em paralelo a um esforço de crescimento econômico focado na industrialização, na substituição de importações e no surgimento de novas classes sociais no país (...).” (CORDEIRO, 2014, p.232)

Ricardo Bielschowsky (2013) também identifica esse momento como desenvolvimentista e cujo contexto mundial de recessão internacional após à crise de 1929 e queda na demanda mundial aos produtos de exportação do Brasil determina o processo de urbanização e industrialização dos próximos cinquenta anos (p.140). Para o autor, além desse processo de industrialização como fenômeno de crescimento econômico, nesse período inicial, entre os anos 1930 e 1940 ocorrem os primeiros movimentos de criação das instituições para o desenvolvimento nacional e as origens dessa ideologia desenvolvimentista. Tratava-se de uma fase nacionalista e de construção de uma ideia de “nação”, forte econômica, política e culturalmente.

Essa ideologia desenvolvimentista e nacionalista, conforme indica Bielschowsky (2013) referenciando Maria Cecília Londres da Fonseca (2009), pode ser identificada antes da década de 1930:

“Fonseca (2009) que identifica corretamente a gênese ideológica do desenvolvimentismo antes da década de 1930. De fato, os movimentos modernista e tenentista são dos anos 1920 e, embora não tenham desenhado uma estratégia econômica, lançaram as bases de uma ideologia nacionalista.” (BIELSCHOWSKY, 2013, p.141)

Nesse mesmo contexto, observa-se, no campo do patrimônio cultural, preocupação também na formação da ideia de uma nação. Conforme indica Márcia Sant’Anna (1995, p.79), essas mudanças políticas e legais - ou seja, a centralização e o crescimento do aparelho estatal e o entendimento sobre a função social da propriedade privada após a Constituição de 1934, juntamente com o contexto intelectual nacional da época² se refletem no campo da cultura brasileira. Isso pode ser observado na institucionalização das práticas de preservação a partir do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, e da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – atualmente Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN³, em 1938.

Essas duas ações legitimam a preocupação da política cultural com a construção da nacionalidade e indicam diretrizes a serem seguidas no campo do patrimônio, de acordo com um discurso político: segundo Chuva (2009, p.33), “as práticas de preservação cultural no Brasil devem ser consideradas como dispositivos de integração de segmentos de uma população contida no território delimitado como nacional”. O corpo técnico ligado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional era formado por intelectuais que, segundo Sant’Anna (1995), possuíam como traço comum a

“(...) crença na possibilidade de emancipação cultural da nação brasileira mediante a intervenção estatal neste campo e a firme convicção de estar corretamente instrumentalizado para interpretar o caráter nacional e identificar os objetos que o representariam.” (SANT’ANNA, 1995,p.117)

Havia, nesse momento, um processo de formação de uma nação, de conhecer e valorizar a “identidade nacional”, o “patrimônio brasileiro”. Buscava-se, então, os bens⁴ que melhor expressassem o que seria “brasileiro”, instituindo, assim como no projeto de desenvolvimento econômico, a unidade nacional e a formação de um país moderno.

Para Marcia Chuva (2009, p.31) a década de 1930 foi a “gênese e a consagração da noção de ‘patrimônio nacional’”. Mais de 40% de todo o patrimônio tombado⁵ até o começo do século XXI foi protegido entre 1937 e 1946. Nesse sentido, conforme Chuva (2009, p.31), a instituição federal de patrimônio “identificou a ‘porção edificada’ do Brasil, ajudando assim a ‘edificar’ o País.”. Nesses primórdios da preservação patrimonial – chamada de “fase heroica”⁶ -, o foco foi a busca da identidade nacional com a “descoberta” de estilos brasileiros como o

² Alguns exemplos desse contexto cultural são a Semana de Arte Moderna de 1922, o Modernismo e seus reflexos nos anos posteriores.

³ Esse órgão de preservação, desde sua criação, apresentou diferentes denominações. Neste trabalho, será adotado o termo IPHAN, para denominar o órgão nacional de preservação.

⁴ Nesse artigo não será aprofundada a diferenciação entre “bens culturais” e “patrimônio”, entendendo-se, *a priori* que “bens culturais” são bens que representam valores para algum grupo social e “patrimônio” são aqueles que possuem processo de valoração oficial, ou seja, tombados ou registrados pelo Estado.

⁵ O tombamento é um dos instrumentos de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural, no caso, utilizado para patrimônios materiais.

⁶ A Fase Heroica, segundo essa autora, inicia-se com a criação do SPHAN e se estende até aproximadamente a década de 1970. (FONSECA, 1999, p.85).

colonial luso português, o barroco (em Minas Gerais inicialmente) e o modernista (Fonseca, 1997, p.98-99).

Como em Bielschowsky (2013), Fonseca (2009) e Chuva (2009) indicam que a criação do órgão de proteção ao patrimônio cultural, bem como a legislação referente ao assunto, fazia parte de um projeto maior de construção de uma identidade nacional forte, moderna e desenvolvida. Percurso de uma sociedade que estava deixando de ser agrária- exportadora e começava a se tornar urbana-industrial. Fosse no campo econômico, político ou cultural, esse era o momento de construção de uma identidade nacional, de formação de uma nação com pilares econômicos e políticos, mas também culturais e, no caso específico do patrimônio, um importante componente de identificação e construção de uma nação – um instrumento político de identidade nacional. Chuva (2009) destaca que o IPHAN:

“foi uma peça no conjunto de atos políticos, implementados especialmente, a partir de 1937, pelos quais uma gama de tradições foi inventada, identificando, recorrentemente, Estado e nação, e construindo uma ‘memória nacional’.” (CHUVA, 2009, p.34)

O processo de industrialização ocorrido até a década de 1950, segundo Bielschowsky (2013), acontece de maneira relativamente espontânea, com a economia crescendo impulsionada pelas indústrias. Durante o período do Estado Novo (1937 - 1945), segundo Lia Calabre (2010) ao analisar as políticas públicas culturais, foi momento de estruturação formal da administração pública, incluindo a área cultural, com a implementação de novas instituições e a sistematização das ações já existentes. É o momento de edificações⁷ modernas e grandiosas, como o Conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte, construído entre 1942 e 1944, expressando o desejo por uma arquitetura moderna que pudesse formar com a arquitetura luso-brasileira já patrimonializada⁸ uma identidade nacional edificada de uma sociedade brasileira moderna urbana-industrial.

Já na década seguinte, a política econômica tornou-se efetivamente industrializante, com o início da formação de um parque industrial complexo (1950 - 1980), investimento em infraestrutura e com uma ação direta do governo (Bielschowsky, 2013). Trata-se de um período de ritmo acelerado de industrialização e de desenvolvimentismo coordenados pelo Estado, com o slogan “50 anos em 5” do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Neste período ocorre a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (1952), visando fomentar o desenvolvimento de setores básicos da economia e com programa de reaparelhamento econômico. Também é desse contexto o Plano de Metas (1956) que buscava um desenvolvimento global do país com investimentos em energia, transportes, alimentos, indústrias intermediárias (siderurgia, cimento, papel) e produtoras de equipamentos (automóveis, naval, bens capital). Um dos mais emblemáticos símbolos desse período de

⁷ O foco deste artigo não é a arquitetura nas diferentes fases político-econômicas do país. Sendo assim, apenas algumas obras são citadas para exemplificação de um discurso nacional.

⁸ O processo de *patrimonialização*, segundo apresentam autores como Marcia Chuva, é a atribuição de valor a um determinado bem. No caso desse artigo, entende-se que esse valor é atribuído pelos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio.

industrialização e acelerada urbanização é a construção de Brasília (1957 - 1960), a nova capital do país.

“As consequências para a preservação desse modelo de desenvolvimento repercutiram não apenas no nível simbólico – na medida em que essa ideologia se contrapunha à continuidade e à tradição – como nos níveis econômico e social – devido a um intenso processo de migração para as capitais e a valorização do solo urbano, desarticulando processos espontâneos de preservação do patrimônio, tanto o edificado como o paisagístico.” (FONSECA, 2009, p. 141)

Industrializado e cada vez mais urbano, observa-se um maior acesso à educação e à formação de uma classe média, que nas próximas décadas, passa a ter um papel importante na preservação do patrimônio e das cidades, reivindicando qualidade de vida e planejamento urbano. Assim, a partir de 1965, o IPHAN recorre à UNESCO⁹ para reformular e reforçar a sua atuação, com o objetivo de compatibilizar os interesses da preservação ao novo modelo de desenvolvimento do país. Passa-se a adotar uma postura não de protagonista de “batalhas memoráveis” em defesa do patrimônio (papel adotado no início da preservação), mas como negociador, buscando demonstrar que interesses da preservação não eram conflitantes como desenvolvimento, mas compatíveis. Estabelecia-se a relação entre valor cultural e valor econômico, sendo propostas atuações diferentes: bens culturais enquanto mercadorias com potenciais turísticos ou enquanto indicadores culturais para o desenvolvimento (FONSECA, 2009).

Durante a Ditadura Militar, o programa econômico do regime, conforme Francisco de Oliveira (2003), é expresso no Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG, que objetiva a restauração do equilíbrio monetário, a contenção da inflação, e a retomada dos investimentos públicos e privados. Tais medidas geram uma forte recessão até 1967 e uma distribuição desigualitária de renda. Entre os anos de 1969 e 1974, ocorre o chamado “Milagre Econômico”, com os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PND (1972 e 1975), com o afluxo de capitais estrangeiros, a substituição de importações, grandes projetos de integração e a busca por programas energéticos alternativos (reflexo da crise energética mundial). Assim, a década de 1970, apresenta um aumento da taxa de urbanização e de metropolização, com uma “dispersão urbana” e “rodoviarismo” que interfere na preservação patrimonial.

Esse é o período em que muitos dos projetos culturais¹⁰ foram desmantelados e a censura e a repressão levaram à instituição de diversos instrumentos de disciplinamento e de organização da produção e da distribuição dos bens culturais (MEIRA, 2004b). Embora tenham sido criados alguns órgãos e programas no setor cultural, não houve um desenvolvimento significativo nessa área. Segundo Fonseca (2009), foi o momento de “um novo

⁹ A UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura é uma agência especializada da ONU e atua em cinco grandes programas: educação, ciências naturais, ciências sociais/humanas, cultura e comunicação/informação. No Brasil atua também na preservação do patrimônio em conjunto com o IPHAN, em cooperações técnicas e assessorias.

¹⁰ Não serão aprofundados neste artigo, os projetos específicos para a área da cultura. Para maior aprofundamento, *vide in*: Calabre (2010) e Seixas (2014).

dimensionamento” na proteção de conjuntos e entornos de bens tombados nas grandes cidades - o novo modelo de desenvolvimento do país exigia uma mudança no caráter que o órgão de preservação apresentou nas suas três primeiras décadas.

Sant’Anna (1995) indica, nesse período, a fase das chamadas “Cidades Históricas” associadas ao desenvolvimento do turismo, com o avanço da industrialização e da expansão urbana acelerada que colocava em risco o patrimônio, e a crise do modelo centralizado de gestão do patrimônio urbano, momento em que se buscava a “revitalização” e o desenvolvimento turístico e regional, quando o patrimônio passa a ter um valor econômico e ser um fator de desenvolvimento local. Nesse período ocorre a criação de programas como o “Programa de Cidades Históricas – PCH”, criado em 1973 e que constituiu a primeira política nacional de preservação do patrimônio urbano no país, visando o desenvolvimento da economia local e a conservação autossustentável do patrimônio urbano.

No processo de ampliação de atuação em relação ao patrimônio, em especial no final da década de 1970 e início da década de 1980, identifica-se a chamada “Fase Moderna”, com novos questionamentos sobre o que deveria ser considerado Patrimônio Nacional (FONSECA, 1999). Há uma ampliação na noção de patrimônio cultural, com a valorização do patrimônio imaterial¹¹ e de setores até então marginalizados, como comunidades locais. Tem-se também o início da modernização do aparelho estatal e de investimentos voltados para o desenvolvimento de “cidades turísticas”, como uma das estratégias para aproximação do valor cultural e econômico do patrimônio.

FINAL DOS ANOS 1970: “CICLO DEMOCRACIA E JUSTIÇA SOCIAL”

O crescente desgaste do modelo nacional-desenvolvimentista levou a transição do segundo para o terceiro ciclo, ou seja, do ciclo “Nação e desenvolvimento” para o “Democracia e justiça social” (CORDEIRO, 2014). Para o autor, em função das duas ditaduras no período anterior - era Vargas de 1930 e dos militares a partir de 1964 - o momento se caracterizou como um forte descompromisso democrático. Além disso, a questão econômica também ficou muito comprometida:

“(…) outro fator de desgaste foi a alta concentração de renda e acúmulo de dívida externa gerada pelo pacto autoritário-modernizando de 1964, ainda dentro da lógica nacional-desenvolvimentista, sem nenhum tipo de política social contra a concentração de renda ou contra a pobreza e a desigualdade

¹¹ Entende-se, neste artigo Patrimônio Imaterial como aqueles que “dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).” (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acessado em dezembro de 2017)

uma sociedade civil vibrante no Brasil dos anos 1970 com uma clara agenda de democracia e de justiça social para o país.” (CORDEIRO, 2014, p.232)

Para Bielschowsky (2013), a crise da dívida externa após à segunda crise do petróleo (1986) e ao aumento das taxas de juros, relacionado as mudanças no acordo de Bretton Woods, indica o início da era de instabilidade e do baixo crescimento. Marcado por essa instabilidade, problemas de balanço de pagamentos, reduzido crescimento e alta inflação (até 1994), a década de 1980 é conhecida como a “década perdida”. A economia, entretanto, não foi uniforme em todo o período, alternando-se “três anos muito ruins (1981-1983) com três outros de recuperação do nível de atividade (1984-86), seguidos de seis anos de comportamento fraco (1987-92) e de dois de recuperação (1993-1994).” (BIELSCHOWSKY, 2013, p.197)

Segundo o autor

“correspondeu a um período de “resistência” do setor industrial – a crises e à abertura comercial –, de continuidade de rápido progresso técnico, do aumento da produtividade na agricultura – incapaz, porém, de eliminar a histórica heterogeneidade econômica e social no campo – e de prosseguimento na urbanização, desta feita com a hipertrofia do setor terciário, pela via do subemprego – ou da “informalidade” e da heterogeneidade estrutural urbana, que absorveu grande parte das pessoas que se incorporaram à força de trabalho durante o período.” (BIELSCHOWSKY, 2013, p.145-146)

A partir dos anos 1980 houve mudanças significativas no tratamento sobre o desenvolvimento no Brasil que “passou a abordar novas questões, nos campos do desenvolvimento local, da economia popular e solidária, da gestão pública, da gestão social, da justiça social e da sustentabilidade ambiental” (CORDEIRO, 2014, p. 231), com novas pesquisas e novos atores sociais.

Bielschowsky (2013) analisa essa mudança:

“O sistema econômico essencialmente “agrário-exportador” existente no Brasil até os anos 1930 transformou-se, ao longo de meio século, em predominantemente urbano e industrial. A partir de 1980, a urbanização continuou ocorrendo aceleradamente, mas no que se refere a uma série de tendências fundamentais, como a expansão do produto industrial e o aumento da produtividade agregada, o processo de desenvolvimento prévio foi interrompido.” (BIELSCHOWSKY, 2013, p.145-146)

Esse rápido crescimento das cidades e o fortalecimento das organizações civis, ao longo dos anos de 1970 e principalmente de 1980, coloca a necessidade de pensar o planejamento urbano para as cidades, com a inclusão de temas como a preservação em planos diretores urbanos, a criação de dispositivos de preservação em leis de ordenamento e uso do

solo e a proposição de instrumentos para uma reforma urbana (Sant'Anna, 2011). É a chamada fase da “Cidade-documento”, quando a cidade passa a ser entendida como um documento, com processos de ocupação do território e de produção desse espaço urbano, com a predominância do valor histórico desse espaço, ou seja, a capacidade de concentrar informações sobre processos sociais, econômicos e culturais.

É o momento de redemocratização, conforme aponta Cordeiro (2014), com o

“fortalecimento da sociedade civil no Brasil, pela redemocratização do Estado brasileiro, pela construção dos paradigmas iniciais do modelo da democracia participativa e pelas lutas e avanços no campo dos direitos e nas políticas redistributivas do crescimento econômico histórico brasileiro.” (CORDEIRO, 2014, p.233)

A discussão sobre democracia participativa está presente também nas questões urbanas e patrimoniais, com reflexões sobre a democratização do direito à cidade e a manutenção da qualidade de vida, incluindo a classe média preocupada com as grandes pressões que as transformações urbanas faziam em relação ao patrimônio (MOTTA, 2010). Entretanto, a valorização do solo e a especulação imobiliária nas áreas urbanas acarretaram a descaracterização de bens tombados pela perda ou pelo comprometimento de suas ambiências, agravado pelas dificuldades econômicas do país e aquelas encontradas pelo órgão responsável pela preservação – o IPHAN.

Entre 1979 e 1985, último governo da Ditadura Militar, ocorre o fortalecimento e a consolidação de algumas instituições e linhas de atuação na área da cultura (CALABRE, 2010), com a criação em 1981 da Secretaria de Cultura, a elaboração do plano de “Diretrizes para operacionalização da política cultural no MEC” e a discussão entre a proposta da criação do Ministério da Cultura, só efetivada em 1985, ou a ampliação da estrutura da cultura dentro do MEC. Com a criação do Ministério da Cultura, os recursos tornam-se escassos, uma vez que as verbas eram, majoritariamente, direcionadas para a área da educação. Embora ao longo da década 1980 tenha havido uma retração dos investimentos públicos na área da cultura, em 1986 foi lançada a Lei Sarney, como uma tentativa de se buscar novas fontes de recursos para a cultura, a partir da renúncia fiscal do governo federal sobre os valores aplicados pela sociedade civil no setor.

O governo seguinte a Sarney (1985-1990) foi de Fernando Collor de Melo (1990 a 1992) que se caracterizou pelo início de uma forte onda neoliberal, segundo Bielschowsky (2013), com abertura comercial e financeira, desregulações e privatizações. Na área da cultura, ocorre intervenção governamental na administração federal, o que provocou o encolhimento do setor, com a extinção do Ministério da Cultura, da Lei Sarney e de outros órgãos da administração federal da área cultural. Após o governo Collor, os anos seguintes foram de recriação de instituições e de reconstrução institucional e reorganização da área cultural com a presença do Estado, garantindo, assim, apoio ao desenvolvimento e à democratização da cultura. (Seixas, 2014, p.44.)

Embora Calabre (2010) indique esse momento de reconstrução após o governo Collor (1992), Cordeiro (2014), baseado em Bresser-Pereira, identifica um período diferente, a partir dos anos 2000, momento final entre os três grandes pactos sociopolíticos nessa fase após a década de 1970:

“o ‘pacto democrático-popular de 1977’ que começa a ganhar forma com o desmantelamento do anterior pacto autoritário-modernizante de 1964 e que perdura ao longo dos anos 1980 com a redemocratização de 1984-1985 e a Constituinte de 1987-1988. O segundo seria o ‘pacto liberal-dependente dos anos 1990’, quando o país por fim estabilizou a moeda e enfrentou a onda de políticas neoliberais internacionais. Por fim, um novo “pacto democrático-popular” a partir dos anos 2000, com a consolidação e o avanço, em vários aspectos, das políticas de justiça social no país, a partir de um crescente, mas desafiador, sistema de democracia participativa e da expansão da imagem e dos interesses do país perante ao mundo.” (CORDEIRO, 2014, p.233)

A partir de meados da década de 2000, os autores identificam uma nova fase, em que “se combinam moderado crescimento e alguma redução da vulnerabilidade externa, combinação raríssima na história econômica brasileira, resultante da exportação de *commodities* puxada pela demanda chinesa.” (BIELSCHOWSKY, 2012, p.138). O país estaria atravessando um novo ciclo de desenvolvimento de longo prazo no qual ocorre uma elevação de produtividade, “num padrão de crescimento com melhorias sociais e distributivas que poderá estar baseada em três frentes de expansão: mercado interno de consumo de massa, recursos naturais puxados pela expansão asiática e ampliação da infraestrutura.” (BIELSCHOWSKY, 2012, p.138)

Observa-se também, uma mudança nas questões patrimoniais, com o alargamento dos conceitos, ideias e entendimentos sobre bens culturais e patrimônio, tanto em termos mundiais como nacionais. Novos atores sociais, a partir da redemocratização, começam a ganhar mais espaço nas discussões. Há uma ampliação de ideias sobre a diversidade cultural e, além de temas já previstos na Constituição de 1988¹² como patrimônio imaterial e arqueológico, há o alargamento dessas temáticas com reflexões relacionadas à patrimônio ferroviário, genético, naval, diversidade linguística, paisagem cultural entre outros – temas que também se refletem e influenciam as políticas urbanas e a ideia de desenvolvimento. Desde a ideia inicial de bem de valor monumental e excepcional, predominante no início da preservação no Brasil, passando por conjuntos arquitetônicos e urbanos, centros e cidades históricas até conceitos e discussões mais atuais como o de referências culturais e paisagens em diferentes escalas (paisagem cultural e paisagem histórica urbana) requerem o “(re)pensar a cidade”, articulando a gestão desses patrimônios e suas relações com os demais aspectos econômicos e de desenvolvimento sustentável.

¹² Conforme aponta o IPHAN, a “A Constituição Federal de 1988 (...) ampliou o conceito de patrimônio estabelecido pelo Decreto-lei nº 25 (...) substituindo a nomenclatura Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que os bens culturais são representações dos grupos sociais que os criaram, refletindo seus valores e costumes e que graças a esses bens é possível entender determinadas características de uma sociedade, compreender as suas políticas patrimoniais pode auxiliar no entendimento dos processos de desenvolvimento de um país. Para Chuva (2009), o patrimônio confere objetividade à nação através de sua materialização em objetos, prédios, monumentos. A ideia de desenvolvimento de uma nação passa, necessariamente, pelo entendimento do seu patrimônio enquanto memória e enquanto construção de identidade. Com o pressuposto de que o patrimônio pode muitas vezes ser utilizado como instrumento político, ao longo desse artigo procurou-se desenvolver, de maneira breve e em caráter exploratório, a relação entre as duas temáticas: desenvolvimento econômico e patrimônio cultural.

Iniciando com o entendimento de que a institucionalização da preservação do patrimônio cultural brasileiro esteve intimamente ligada à um projeto de construção de identidade de uma nação brasileira, observou-se que a identificação (ou construção de uma imagem) de patrimônio foi fundamental para a construção do país durante um governo nacionalista e desenvolvimentista. Nos períodos seguintes do desenvolvimento, pode-se notar uma mudança de foco e de discurso, oficial ou não, nos momentos de industrialização e urbanização acelerada, a preocupação com o patrimônio e o uso do mesmo como mercadoria turística. Desde a ideia inicial de bem de valor monumental e excepcional, predominante no início da preservação no Brasil, passando por conjuntos arquitetônicos e urbanos, centros e cidades históricas até conceitos e discussões mais atuais como o de patrimônio imaterial, referências culturais e paisagens em diferentes escalas (paisagem cultural e paisagem histórica urbana), observa-se a relação dos processos econômicos com o campo patrimonial.

Esse novo momento, após os anos 2000, parece indicar um novo ciclo, conforme os autores indicam, e trata-se também de um momento de mudança de pensamento para a temática patrimonial. Além de questões conceituais e de novos entendimentos, apresenta-se o desafio da gestão do patrimônio, sua relação com a cidade e com a sociedade de maneira mais efetiva. Ao se completar oitenta anos de preservação patrimonial oficial no Brasil, busca-se pensar sobre a relação entre o patrimônio cultural e o desenvolvimento social e econômico, identificando-se os novos desafios, que a complexidade e alargamento dos conceitos demandam na busca de uma nova maneira de pensar e planejar o espaço urbano.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois. In: *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*. – Brasília: CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2013. p. 137-2009

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: História e Contemporaneidade*. Fortaleza: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogêneses das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 - 1940)*. Rio de Janeiro: EDITORA: UFRJ, 2009. p. 29-90.

CORDEIRO, Rui M. Os projetos de desenvolvimento do Brasil contemporâneo. *Revista de Economia Política*, v.34, n.2, 230 – 248, 2014.

FIGUEIREDO, Vanessa Bello. *Da tutela dos monumentos à gestão sustentável das paisagens culturais complexas: inspirações à política de preservação cultural no Brasil*. Tese (Doutorado). FAUUSP, São Paulo, 2014.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: COMPANHIA EDITORA NACIONAL, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo – trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; MINC- IPHAN, 1999.

MEIRA, A. L. G. *Políticas Públicas e Gestão do Patrimônio Histórico*. Disponível em http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/hr_10/historia_em_revista_10_ana_meira.html.> 2004b. Acessado em fevereiro 2013.

MOTTA, Lia. *Entorno de Bens Tombados*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualística e o ornitorrinco*. São Paulo: BOITEMPO, 2003.

SANT'ANNA, Marcia. *Da cidade-monumento à Cidade – Documento- A trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937 - 1990)*. Dissertação (Mestrado). UFBA, Salvador, 1995.

SEIXAS, Ana Luisa Jeanty. *Gestão das áreas de entorno de bens tombados: estudos de caso nas cidades gaúchas de Piratini e Novo Hamburgo*. Dissertação (Mestrado). IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

_____. “Dinâmicas do desenvolvimento capitalista e o Brasil”. [Anotações de Aulas – Turma 2018/1]. 2018.